

ATA NÚMERO 71/XV/2.^a SL

Aos três dias do mês de janeiro de 2024, pelas 13:45 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 1, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

- Reunião da Comissão do dia 19 de dezembro

3. Comunicações do Presidente

Projetos de Resolução pendentes

4. Discussão sobre as recomendações aprovadas nas sessões nacionais do [ensino básico](#) e do [ensino secundário](#) da edição 2022/2023 do Parlamento dos Jovens – «Saúde Mental nos Jovens. Que desafios? Que respostas?»

5. Audição da Comissão Independente para Avaliação da Aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) para apresentação do respetivo [relatório](#)

6. Outros assuntos

7. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, colocou a Ordem do Dia à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião da Comissão do dia 19 de dezembro foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, registando-se a ausência da IL e do BE

3. Comunicações do Presidente

O Senhor Presidente informou que se encontravam pendentes na Comissão os seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 850/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo Referencial de Educação para o Bem-Estar Animal e que a educação para o bem-estar animal seja de carácter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (Baixa comissão para discussão – 2023-08-01)
- [Projeto de Resolução n.º 817/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para a promoção do consumo de frutas e hortícolas de origem local, alargando o âmbito do regime escolar (Baixa comissão para discussão – 2023-07-04)
- [Projeto de Resolução n.º 797/XV/1.ª \(BE\)](#) – Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas (Baixa comissão para discussão – 2023-06-28)
- [Projeto de Resolução n.º 725/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Abertura de vagas necessárias para a vinculação de todos os docentes e educadores com mais de três anos de serviço (Baixa comissão para discussão – 2023-05-24)

- [Projeto de Resolução n.º 347/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que crie uma iniciativa institucional que replique no seu âmbito próprio de atuação o programa «Parlamento dos Jovens», ponderando designadamente a criação das figuras do conselho de ministros dos jovens e do ministério aberto aos jovens (Baixa comissão para discussão – 2023-01-04)

Deu nota ainda que os Grupos Parlamentares (GP) autores das iniciativas foram questionados quanto ao agendamento da discussão em Comissão, não havendo ainda resposta.

4. Discussão sobre as recomendações aprovadas nas sessões nacionais do [ensino básico](#) e do [ensino secundário](#) da edição 2022/2023 do Parlamento dos Jovens – «Saúde Mental nos Jovens. Que desafios? Que respostas?»

O Senhor Presidente começou por referir que os diferentes grupos parlamentares apresentaram propostas referentes às recomendações aprovadas e de seguida deu a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre esta matéria.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) referiu que é com grande entusiasmo que o GP do PSD participa anualmente no Parlamento dos Jovens, destacando a retoma do Programa após as dificuldades durante a pandemia de Covid-19. O tema da edição 2022-2023 sobre saúde mental juvenil é ressaltado, citando indicadores preocupantes, como a elevada prevalência de doenças mentais. O relatório Estado da Educação 2021 revela a necessidade de mais psicólogos nas escolas. As recomendações dos estudantes, divididas em reforço de profissionais e prevenção, destacando a proposta do «cheque psicólogo» como solução para ampliar o acesso aos cuidados de saúde mental, uma iniciativa previamente apresentada pelo PSD, embora tenha sido rejeitada, mas expressou a sua satisfação ao ver essa mesma proposta incluída nas recomendações dos estudantes.

A Senhora Deputada Bárbara Dias (PS) saudou e deu os parabéns a todos os participantes, especialmente aos professores, na iniciativa do Parlamento dos Jovens. Destacou o interesse e empenho dos jovens deputados nas propostas de prevenção e reforço do apoio psicológico nas escolas, evidenciando a preocupação dos jovens com

a política. Ressaltou a visão proativa e inclusiva dos estudantes, que se estende à comunidade educativa, incluindo professores, pessoal docente e famílias. Destacou medidas do Governo Socialista, como o reforço de serviços de psicologia nas escolas e a aprovação da Lei de Saúde Mental. Enfatizou a importância da saúde mental na educação e mencionou diversas iniciativas, como manuais para promoção de competências socio emocionais e encontros regionais sobre bem-estar. Concluiu ressaltando a complexidade da saúde mental juvenil e a necessidade de uma abordagem holística, reconhecendo a importância do apoio social, acesso a serviços de saúde mental e a promoção de ambientes saudáveis para o bem-estar emocional dos jovens.

O Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) saudou a iniciativa do Parlamento dos Jovens. Saliou que leram com atenção as recomendações da Sessão Nacional e assinalou a relevância do tema, felizmente a discussão do tema tem cada vez mais impacto social. Concordou com o reforço dos psicólogos nas escolas, uma parte importante de enfrentar o problema. Concluiu, dizendo que este é um problema social e civilizacional bem mais vasto, que merece um debate bem mais profundo, quer a nível social, político e cultural e este é o momento da campanha eleitoral, da preparação do programa e da discussão que há de vir para se incluir este tema.

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) destacou a necessidade contínua de cobertura adequada de técnicos especializados, especialmente psicólogos, nas escolas, propondo uma relação de um psicólogo para cada 500 estudantes. Referiu que essa proporção não é atendida em muitas escolas, afirmando que os estudantes refletem essa carência. Baseando-se em experiências no Parlamento dos Jovens e interações no seu círculo como Deputado, para além da necessidade objetiva, abordou as preocupações subjetivas dos estudantes em relação ao ambiente escolar, qualidade dos espaços coletivos e a busca pela felicidade na escola. Concluiu enfatizando a importância de fazer da escola um lugar onde os alunos se sintam felizes, destacando que, infelizmente, em muitos casos, a escola não atende essa expectativa, ressaltando a necessidade de esforços políticos para alcançar esse objetivo.

As ponderações apresentadas pelos GP e pelo Governo, tendo por base as recomendações aprovadas, bem como a gravação da discussão encontram-se

disponíveis na página do Parlamento dos Jovens, tanto para o [Básico](#) como para o [Secundário](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Audição da Comissão Independente para Avaliação da Aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) para apresentação do respetivo [relatório](#)

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos membros da delegação da Comissão Independente para Avaliação da Aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

O Presidente da Comissão Independente, Professor Doutor Alberto Amaral referiu o seguinte, em resumo:

1. Foram realizados estudos, conferências, audições e inquéritos sobre o Ensino Superior;
2. Houve um progresso significativo desde o 25 de Abril, com aumento na participação e número de alunos, mas com fragilidades;
3. Existe uma queda demográfica mais acentuada a Norte e uma falta de equidade no acesso aos melhores cursos;
4. Existe um envelhecimento do corpo docente e um aumento da precariedade de emprego entre os docentes;
5. Falta uma entidade reguladora, já recomendada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) em 2007;
6. A multiplicidade de cursos, especialmente de mestrados, levanta preocupações;
7. Há necessidade de revisão da legislação complementar, tal como os estatutos de carreira de docentes e investigadores e o regime de graus e diplomas;
8. Uma maioria significativa dos participantes nos inquéritos é a favor da manutenção do sistema binário, mas existem diferentes opiniões sobre a criação de universidades politécnicas;
9. Há críticas ao modelo de Governo das instituições de Ensino Superior instituído pelo RJIES, com destaque para a perda de democraticidade e para o afastamento dos membros da academia das decisões;

10. Há opiniões negativas em relação aos Conselhos Gerais, com sugestões para alterar a sua composição, visando assegurar uma melhor representatividade;
11. As diferenças de autonomia entre universidades e politécnicos devem ser eliminadas;
12. Há propostas para um Estatuto do Estudante do Ensino Superior e alargamento das questões dos Serviços de Ação Social;
13. Verifica-se a necessidade de regulamentação para o Provedor do Estudante e revisão das leis complementares para proteger a autonomia das instituições;
14. Constata-se a falta de abordagem do RJIES quanto à investigação, e críticas à sua gestão bem como propostas para integração de recursos humanos;
15. Há críticas ao estatuto do ensino privado e questões não regulamentadas sobre o financiamento;
16. Houve um debate sobre carreiras, especialmente sobre a figura de especialista e preocupações com concursos académicos e promoções.

Intervieram depois os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Germana Rocha (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL), Alfredo Maia (PCP) e Joana Mortágua (BE), que se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das intervenções dos Deputados, o Presidente da Comissão Independente referiu o seguinte, em resumo:

1. O relatório destaca a importância de compreender as ações realizadas e a necessidade de considerar a opinião da comunidade no contexto educacional;
2. Menciona a existência de contradições, em que algumas pessoas apoiam o modelo educacional proposto e outras discordam;
3. Destaca a transmissão das informações ao Ministério e à Assembleia da República no sentido de orientarem as suas reflexões, com base em cerca de 600 respostas a inquéritos;
4. Enfatiza o papel do RJIES como um instrumento de cúpula que deve definir a estrutura do Ensino Superior, autonomia e organização em rede;
5. Aborda a complexidade decorrente da diminuição prevista do número de jovens que estará em condições de ingressar no ensino superior e as possíveis dificuldades em regiões de menor densidade populacional;

6. Coloca questões sobre a viabilidade das instituições em regiões menos populosas, sugerindo possíveis modelos de fusão entre instituições;
7. Aborda estratégias governamentais de reorganização do sistema de Ensino Superior, mencionando abordagens *top-down* e formas que deixam às instituições a reorganização, adotadas em outros países;
8. Destaca a falta de uma entidade eficaz para regular e decidir sobre novos cursos no Ensino Superior, sugerindo a necessidade de regulação;
9. Reflete sobre o modelo de gestão das instituições de Ensino Superior, destacando a importância de equilibrar a participação dos corpos universitários na tomada de decisões;
10. Levanta a questão da proteção da autonomia das instituições de Ensino Superior e a possibilidade de ser corroída por legislação subsequente;
11. Critica a falta de cumprimento de leis relacionadas com o Ensino Superior em Portugal;
12. A integração dos Serviços de Ação Social nas instituições acabou muitas vezes com o financiamento público consignado à ação social direta e é um tema que deveria merecer a maior reflexão pois desprotege os alunos;
13. Conclui incentivando uma ponderação cuidadosa do trabalho proposto e destaca a necessidade de discussões com órgãos representativos para alcançar soluções consensuais.

A gravação da audição está disponibilizada na [página da Comissão](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

7. Data das próximas reuniões

O Senhor Presidente indicou depois os trabalhos e a reunião seguinte:

- ✓ 09/01/2024, às 13h40 (Reunião da Comissão)
 - Audição do Ministro da Educação, por requerimentos da IL e do PSD

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h59, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de janeiro de 2024.

O Presidente da Comissão,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Fernando José (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Pompeu Martins (PS)
Porfírio Silva (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Bárbara Dias (PS)
Diogo Cunha (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
José Pedro Ferreira (PS)
Alexandre Poço (PSD)
António Topa Gomes (PSD)
Carla Madureira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Palmira Maciel (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
